Ano 2, n. 4, 2009
Seção Colunas
10/09/2009

Deus é argumento?

Gustavo Bernardo

Gustavo Bernardo é Doutor em Literatura Comparada, Professor Associado de Teoria da Literatura no Instituto de Letras da UERJ e pesquisador do CNPq. Publicou doze ensaios, entre eles “A Educação pelo Argumento” e “O Livro da Metaficção”, e onze romances, entre eles “A filha do escritor” e “Nanook”. Publicou, pela editora Rocco, o livro “Conversas com um professor de literatura”, contendo 50 crônicas desta Revista Eletrônica do Vestibular da UERJ. Seu ensaio “A ficção de Deus”, publicado pela Annablume, acaba de receber o Prêmio da Biblioteca Nacional para o Melhor Ensaio Literário de 2015. Edita o site www.gustavobernardo.com, sobre as suas obras.

É comum se dizer: “mulher, futebol e religião não se discutem” ou “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Trata-se de dois bons exemplos de como as frases feitas podem virar rematadas besteiras.

Se a briga entre o marido e a mulher chega às vias de fato, alguém tem de meter a colher (e os braços) para apartar, porque provavelmente a mulher está tomando uma surra de um homem covarde. Às vezes, acontece o contrário, reconheço, mas nesse caso também é necessário separar o casal para salvar o coitado...

Do mesmo modo, os três assuntos “que não se discutem” são os que mais se discutem, precisamente por não ser possível determinar a mulher mais bonita, o melhor time de futebol ou a única religião válida. A dúvida que constitui os três assuntos torna-os um excelente e interminável campo de discussão.

Dessa conclusão não se segue, entretanto, que Deus em pessoa (ou melhor, em espírito) possa entrar na conversa para decidir a questão em favor daquele que O invocou.

Um dos argumentos indutivos válidos é o argumento do testemunho autorizado e pertinente, quando se cita alguém que ou observou os fatos de perto ou é uma autoridade no assunto em tela. No entanto, trazer Deus para a redação é, para quem acredita Nele, covardia, já que Ele tudo vê e tudo sabe, e, para quem não acredita, apelação pura.

O testemunho autorizado só vale se quem escreve e quem lê concordam que aquele testemunho tem autoridade. Se o leitor pode não aceitar aquele testemunho, faz-se necessária uma discussão preliminar: se o autor citado tem ou não autoridade no assunto.

Se o autor citado é nada menos do que Deus, faz-se necessária aquela discussão preliminar e milenar: Deus existe?

Supondo que exista: eu realmente sei o que Ele pensa para falar em nome Dele?

Ora, tais discussões não podem ser decididas com argumentos. Não posso provar que Deus exista ou que não exista, para começar. Mesmo que por absurdo conseguisse provar Sua existência, não conseguiria mostrar a procuração que Ele teria assinado em meu nome. Logo, não posso recorrer à suprema divindade nem para sustentar meus argumentos, nem para fechar minha redação com chave de ouro, afirmando, por exemplo, que “apesar de tudo Deus é fiel”.

Não se trata de ironia: a expressão acima, comum em adesivos de automóvel, apareceu em quase uma centena de redações num concurso vestibular recente. Se o tema da redação fosse sobre religião, essa expressão seria pertinente e então eu poderia criticá-la: não lhes parece uma heresia atribuir a qualidade humana da fidelidade à própria divindade? O fiel pode ser fiel a Deus e à sua crença, mas Deus seria fiel a quê ou a quem? A um Meta-Deus?

Todavia, nenhuma banca de concurso ousaria propor um tema religioso. Consequentemente, uma ideia religiosa como essa se mostra impertinente para construir um argumento sobre qualquer outro assunto. Entretanto, isto, que me parece lógico, não é óbvio, como prova a recorrência da expressão “apesar de tudo Deus é fiel” em tantas redações de vestibular.

Essa recorrência atesta não apenas o recrudescimento da fé religiosa e a multiplicação de religiões diferentes, como ainda lembra que, para boa parte da população, o único discurso articulado e inteligível é o do pastor do templo. Não me cabe de modo algum menosprezar esse discurso, mas

devo contextualizá-lo.

O discurso religioso é extremamente rico. Com a autoridade de ateu convicto, posso dizer que o discurso religioso é a origem dos demais: dele derivam os discursos artístico e científico, nada menos. Mas o discurso religioso é por definição dogmático, ou seja: ele sempre parte de alguns dogmas que naturalmente não estão em discussão.

Em contrapartida, o discurso científico, que modela toda argumentação acadêmica, por definição não pode ser dogmático: tudo pode e deve ser discutido, tudo pode e deve ser objeto de argumentação e de constestação, até porque sempre se pressupõem réplica e tréplica, argumentação e contra-argumentação, por parte de todos os interlocutores e leitores envolvidos.

No contexto de um templo religioso, o pastor, o padre, o rabino ou o pai-de-santo consideram que todos os presentes partilham dos mesmos dogmas. No contexto de uma redação acadêmica ou de um concurso vestibular, quem escreve não pode supor que seu leitor partilhe da sua fé. Em consequência, deve utilizar argumentos que sejam compreensíveis para quem crê neste ou naquele deus, e ainda para quem não crê em qualquer deus.

Meu argumento aqui não é pragmático nem oportunista: não afirmo que não se deva usar a autoridade divina porque o avaliador talvez seja um infiel □que vai baixar a minha nota□. Afirmo algo diferente: que não se pode usar o nome de Deus porque o território simbólico da redação acadêmica é laico, logo, todos os interlocutores possíveis devem ser respeitados.

Afirmo também que não se pode usar o nome de Deus para não cair no pecado estilístico da incoerência. Há muitos anos, quando eu dava aula de redação num colégio católico da zona sul do Rio de Janeiro, conhecido por abrigar muitos professores de esquerda, recebia centenas de textos com uma análise marxista e materialista da conjuntura, seguidos por uma conclusão religiosa do tipo □mas no final Deus resolve□. A incoerência entre os argumentos era gritantemente alta; a nota das redações, em compensação, vinha forçosamente baixa.

Alguns alunos reclamavam, mas eu conseguia lhes explicar que ainda não estavam pensando por conta própria mas simplesmente □copiando□ os argumentos opostos a que eram submetidos. Havia outros alunos, porém, que abandonavam tanto Deus quanto Marx para sustentarem que eu não podia lhes dar menos do que o grau máximo porque os seus pais pagavam nada menos do que a mensalidade inteira □ bem, esse era realmente o pior de todos os argumentos, ou a maior de todas as falácias (assunto da próxima crônica).

Eu ainda poderia acrescentar à minha tese que não se deve usar o nome de Deus à toa, em vão, justamente para não diminui-Lo, mas acabaria recorrendo a um argumento religioso calcado no segundo mandamento (de acordo com católicos e luteranos) das leis divinas. Se caminhar por essa senda, eu é que incorro no pecado da incoerência.

Isso não significa, no entanto, que não se possa argumentar recorrendo a trechos da Bíblia. Na literatura brasileira, o escritor que mais citou a Bíblia, e o fez sempre muito bem, foi Machado de Assis □ o que não impediu que ele, às portas da morte, recusasse a extrema-unção: □melhor não□, afirmou, coerente com seu discreto agnosticismo, porque □seria hipocrisia□.

A Bíblia, o Alcorão e outros livros religiosos são produtos fundamentais da cultura humana, e como tal podem ser utilizados com pertinência e eficiência, isto é, podem convencer o leitor, independentemente da sua convicção religiosa. A Bíblia fornece excelentes argumentos para qualquer discussão desde que não seja usada como a palavra de Deus, uma vez que ninguém pode apresentar a procuração a que me referi acima.

Deus não vale. Deus não é argumento.